

APRESENTAÇÃO

Este número da revista *Ruris* apresenta uma seção temática sobre imigrações, que explora a complexidade do fenômeno nas inter-relações entre fluxos internos e internacionais, bem como na sua imbricação com o mundo rural. Composta por três artigos e uma entrevista, o debate convida a uma dupla análise: a constituição da migração como questão social e sua construção como objeto de investigação científica, analisando, para tanto, diferentes processos sociais e históricos que ajudaram a conformar um ou outro aspecto da questão.

Lançando luz sobre a migração como questão social e motivada pelas comemorações dos 25 anos de atividade do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entidade vinculada à CNBB e que se destaca na defesa e promoção dos direitos dos migrantes, este número apresenta uma entrevista com o padre Alfredo José Gonçalves, destacado colaborador do SPM. Missionário e intelectual vinculado à Congregação Scalabriniana, o padre Alfredinho, como é mais conhecido, apresenta uma avaliação das mudanças pelas quais passou a questão migratória no Brasil, nas últimas décadas, “da acolhida de migrantes nordestinos para a acolhida de migrantes hispano-americanos”, bem como a atuação de uma Igreja engajada com o que ele chama de “questão social”.

Sendo ele próprio um migrante, nascido na ilha da Madeira, em Portugal, optou por radicalizar a experiência com os trabalhadores migrantes antes mesmo de se ordenar padre, ao trabalhar como cortador de cana e colhedor de laranja. Conhecedor do duro cotidiano vivenciado por quem deixa sua própria terra, o padre Alfredinho destaca o potencial transformador do migrante: “O imigrante não é absolutamente uma vítima, o imigrante é um protagonista de mudanças”.

O artigo de Fábio Kazuo Ocada, “Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil”, analisa

a história da imigração japonesa no Brasil. Explorando o conceito de rememoração e recorrendo à história oral, o autor propõe reconstituir os determinantes históricos que ajudariam a compreender a emigração *dekassegui* para o Japão a partir da década de 1980.

O autor demonstra, passo a passo, como a dissolução do feudalismo japonês impulsionou a expulsão de uma superpopulação relativa de trabalhadores via emigração. No Brasil, tal fluxo migratório foi inserido no quadro das transformações do capitalismo brasileiro: a aquisição de terras pelos imigrantes na década de 1930; os reflexos das políticas de assimilações forçadas no bojo dos projetos nacionalistas do Estado Novo (1937-1945), até culminar no processo “sutil” de expropriação de suas terras selado por um ato de compra e venda. Por fim, Fábio K. Ocada argumenta que a derrota do Japão na Segunda Guerra representou para esses imigrantes despossuídos o fim do sonho em voltar à terra natal, iniciando uma nova etapa na migração japonesa para o Brasil via assalariamento urbano.

O artigo “Formas actuales de circulación y conformación de patrones migratorios de hogares rurales en la provincia de Santiago del Estero, Argentina”, de Germán Quaranta e Mariela Blanco, analisa como se configuram os padrões e fluxos migratórios das populações rurais oriundas da província de Santiago del Estero, Noroeste da Argentina, região que constitui uma origem tradicional de fluxos migratórios temporários no interior do país.

A partir de um estudo de caso, os autores buscam compreender as especificidades das migrações permanentes e sazonais e das estratégias de vida das famílias de camponeses migrantes no contexto de transformações sociais mais amplas, tais como a mecanização das colheitas, a expansão da fronteira agrícola, a modernização da produção e a contínua ausência de oportunidades de trabalho na região de origem.

Os autores evidenciam como os padrões migratórios são redefinidos em função dessas transformações sociais e produtivas

e de que maneira esses processos de mudança social se refletem na reconfiguração dos comportamentos dos migrantes e dos próprios fluxos migratórios no interior da nação.

O artigo “Qualificação da imigração no Brasil: um novo capítulo das políticas imigratórias?”, de Patricia Villen, analisa o ideário e as práticas vigentes da política imigratória brasileira à luz de um olhar para a história da imigração no país.

A autora problematiza as políticas imigratórias brasileiras argumentando que seus parâmetros seletivos estariam relacionados às exigências do funcionamento do mercado de trabalho. Nesses termos, a noção de qualificação teria papel-chave em diferentes momentos históricos, atuando como critério central, e pretensamente neutro, para determinar quem são os imigrantes bem-vindos no Brasil.

Para embasar sua reflexão, o artigo percorre um longo arco histórico que se inicia com a leitura de *O abolicionismo e Discursos parlamentares*, de Joaquim Nabuco, e desemboca na análise dos noticiários, das leis e das normativas atuais sobre imigração no Brasil.

Diante da importância e complexidade que as migrações alcançam, seja como questão social, política, econômica, jurídica, seja como questão epistemológica – especialmente no atual contexto brasileiro com mudanças significativas nos fluxos de migração internos desencadeados pela adoção de novos padrões tecnológicos no processo de produção-expansão do agronegócio e também pela implementação de grandes obras (barragens, rodovias, ferrovias etc.), por um lado, e, por outro, com a crescente imigração sul-americana (bolivianos, paraguaios, peruanos etc.) e a chegada de “novos” imigrantes (haitianos, africanos de vários países, portugueses, espanhóis, russos etc.) atingidos por mudanças ambientais, catástrofes naturais e crises econômicas –, convidamos os leitores e leitoras da *Ruris* a conhecer as reflexões apresentadas neste volume.

Mas, além da seção temática, este número da *Ruris* apresenta dois artigos avulsos. O artigo de Ivo Cássio Dias Ribeiro,

Elaine Aparecida Fernandes e Hilton Manoel Dias Ribeiro, em “A importância do capital social para o desenvolvimento de uma região: um estudo sobre os municípios do Consórcio de desenvolvimento do Alto Paraopeba, no estado de Minas Gerais”, debate a tese que o capital social pode determinar o desenvolvimento local. Apoiados na pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa realizada nas cidades de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí, os autores argumentam que o ator social ganha grande relevância no que toca as modificações das condições de vida de sua comunidade. O capital social influenciaria, por sua vez, nas condições políticas, econômicas e populacionais da região. Por meio de três seções, os autores apresentam a discussão teórica sobre o conceito de capital social, a metodologia utilizada e os resultados obtidos, que os fazem traçar algumas conclusões sobre a supremacia do capital social para o desenvolvimento local.

Já Felipe José Comunello, em “Movimentos sociais, agroecologia e circuitos no capitalismo”, discute o conflito existente entre a atuação dos movimentos sociais nas esferas da luta política e do mercado, após a institucionalização econômica deles. A partir de um trabalho de campo realizado com agricultores ecológicos e técnicos no município de São Joaquim (SC), o autor evidencia como os movimentos de agroecologia se constituem no interior desse cenário de conflito entre luta política, premissas ideológicas e práticas comerciais necessárias para a manutenção dos produtos oriundos desses movimentos no mercado. Trata-se, assim, de analisar de que maneira se configurou a formação de dois circuitos paralelos no interior dos quais o conflito ainda se manifesta: o circuito agroecológico e o circuito orgânico.

O artigo apresenta, assim, uma importante contribuição ao revelar os caminhos encontrados pelos produtores de São Joaquim para contornar esse conflito, de modo a fornecer instrumentos analíticos para pensar como se efetivam as

práticas militantes no interior do mercado e como a luta política pode ressoar de modo a alterá-lo, como bem exemplificam as transações baseadas no *fair trade*, ou comércio justo.

Os artigos publicados foram examinados e aprovados por pareceristas externos, a quem agradecemos.

FERNANDA DI FLORA GARCIA – Doutoranda em Sociologia, IFCH/Unicamp, <ferdiflora@uol.com.br>

LIDIANE M. MACIEL – Doutoranda em Sociologia, IFCH/Unicamp, <lidiani.maciел@gmail.com>

MARIANA SHINOHARA RONCATO – Mestra em Sociologia, IFCH/Unicamp, <mari_roncato@yahoo.com.br>

RENATA DA SILVA NOBREGA – Doutoranda em Sociologia, Ceres/IFCH/Unicamp, <rsnobrega@gmail.com>